Sexto Congresso de Cultura e Educação para a Integração da América Latina
www.casla.org/cepial
De 25 a 28 de novembro de 2021
VI• CEPIAL
Evento ONLINE

AUTONOMIA, R-EXISTÊNCIAS E PROTAGONISMO DE MULHERES CAMPONESAS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE BELTERRA (AMABELA), PARÁ, BRASIL

AUTONOMÍA, R-EXISTENCIAS Y PROTAGONISMO DE LAS MUJERES CAMPESINAS: EL CASO DE LA ASOCIACIÓN DE TRABAJADORAS RURALES DEL MUNICIPIO DE BELTERRA (AMABELA), PARÁ, BRASIL

Milena Sanche de Sousa[1]
Tainá Trindade Pinheiro[2]
Kelyany Oliveira Castro de Góes[3]

Resumo

As agricultoras rurais de forma organizada estão em busca de seus direitos através dos movimentos de mulheres camponesas, no qual vem questionando tanto a dominação masculina como a forma de trabalho construidas e naturalizadas para elas. Este texto tem como objetivo de dar destaque para esses movimentos de mulheres rurais, com enfoque na criação da Associação de Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (Amabela). A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, no qual foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais. Também foram realizados dois campos, um individual com três associadas e outro em forma de roda de conversa, no intuito de entender acerca da criação da Amabela e serão trazidos alguns relatos das camponesas para contextualizar melhor o texto. A pesquisa revelou que através da Amabela, as mulheres rurais vem se destacando no enfrentamento a estrutura patriarcal, pois estão garantindo a autonomia, por meio dos seus modos de ser e de produzir, no qual tem buscado alternativas alimentícias, com o uso da agroecologia, assegurando a soberania alimentar e dando visibilidade para os trabalhos e protagonismo nas lutas sociais das trabalhadoras rurais do município de Belterra.

Palavras-chave: Amabela; Belterra; Autonomia; Mulheres Camponesas.

Resumen

Las agricultoras rurales de manera organizada buscan sus derechos a través de los movimientos de mujeres campesinas, en el qual han cuestionado tanto la dominación masculina como la forma de trabajo construida y naturalizada para ellas. Este texto tiene como objetivo resaltar estos movimientos de mujeres rurales, enfocándose en la creación de la Asociación de Trabajadoras Rurales del Municipio de Belterra (Amabela). La investigación tiene un enfoque cualitativo, en el que se realizó investigaciones bibliográficas y documentales. También se realizaron dos campos, uno individual con tres asociadas y otro en forma de círculo/ronda de conversación, con el fin de entender sobre la creación de Amabela y se traerán algunos informes de las campesinas para contextualizar mejor el texto. La investigación reveló que a través de Amabela, las mujeres rurales se han ido destacando en el enfrentamiento a la estructura patriarcal, pues

[1] Geógrafa, Mestranda em Geografia, pelo programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG, da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO/UNIR, milena.sanche@gmail.com.
[2] Geógrafa, Mestra em Geografia, pelo programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG, da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO/UNIR, taina-unir@hotmail.com.
[3] Geógrafa, Mestra em Geografia, pelo programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG, da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO/UNIR, kelyanygoes@gmail.com.

están garantizando la autonomía, a través de su modo de ser y producir, en el cual han buscado alternativas alimentarias, con el uso de la agroecología, asegurando la soberanía alimentaria y dando visibilidad para los trabajos y protagonismo en las luchas sociales de las trabajadoras rurales del municipio de Belterra.

Palabras-clave: Amabela; Belterra; Autonomía; Mujeres Campesinas.

1. Problematização

As mulheres estão em lutas tanto no meio urbano como também no rural, mas isso não significa que a invisibilidade dos seus trabalhos foram superadas, muitas vezes ainda vistos apenas como ajuda para os seus companheiros, mesmo praticando as mesmas formas de trabalho. Nos dias atuais, mesmo com a globalização e com a modernização, as mulheres ainda continuam sendo subordinadas pelos homens (ROSINI, 1993).

Os Movimentos de Mulheres Rurais no Brasil foram de suma importância para que as Agricultoras começassem a pressionar as autoridades e conquistar seus direitos e adquirir autonomia, que foram conquistados somente com a Constituição de 1988. Esses movimentos estão interligados nacionalmente, na qual tem questionado tanto a dominação masculina sobre as mulheres, lutando pelos seus direitos, pelas suas formas de viver e de produzir, trazendo alternativas para uma agricultura mais sustentável, frente às outras formas de produção que usam componentes químicos.

Neste sentido, buscou-se trazer algumas discussões sobre a relevância dos movimentos de mulheres camponesas com enfoque na criação da Associação de Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (Amabela) [4] e em como esse movimento tem garantido a autonomia para as mulheres camponesas no contexto municipal. O texto traz um recorte da pesquisa realizada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Geografia defendido em 2019 na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) intitulado “A Associação de Trabalhadoras Rurais de Belterra – Amabela: Uma análise das diferentes práticas espaciais e resistências territoriais das mulheres camponesas, no município de Belterra-PA”.

As investigações foram realizadas na Associação de Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra-Amabela, localizada no município de Belterra, no oeste do estado do Pará, microrregião de Santarém e mesorregião do Baixo Amazonas (Figura 01). Belterra apresenta sua organização por meio de distritos administrativos, com exceção da sede municipal (centro), na qual vem abrangendo toda a área rural. Cada distrito contém uma vila sede: Aramanaí, Maguari, Piquiatuba, Prainha, compreendendo a região do rio Tapajós e São Jorge, São Francisco da Volta Grande e Galileia, abrangendo a região da BR-163. De acordo com os dados de inscrição da associação, são 82 trabalhadoras rurais inscritas que estão em todos os distritos do município.

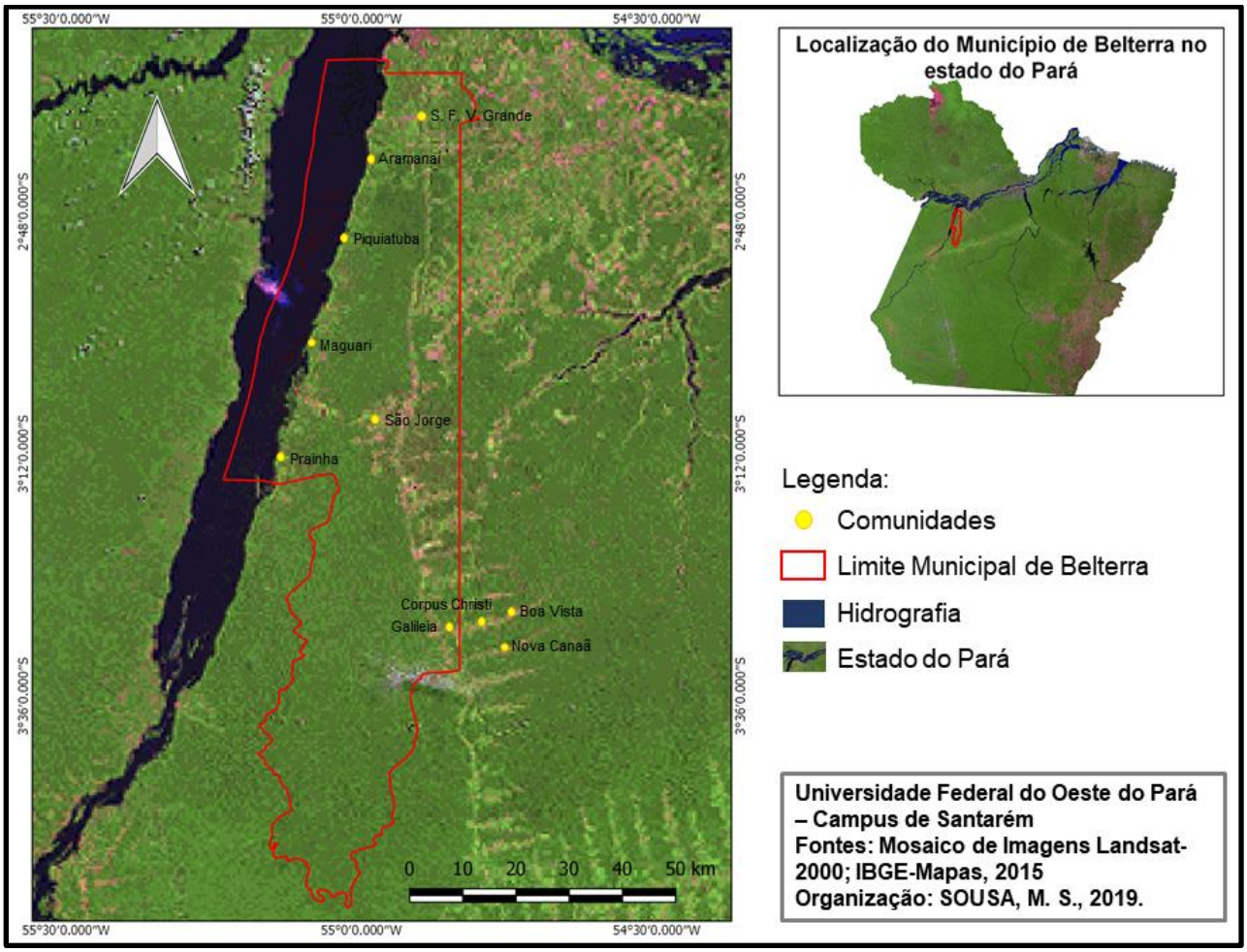
A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, no qual foram realizadas revisões bibliográficas, para um melhor aprofundamento teórico-metodológico em livros, revistas, sites e documentos. Além disso, contou com dois campos, um realizado com aplicabilidade de um roteiro de entrevista semiestruturada com três agricultoras na feira agroecológica feita na antiga unidade Amazônia da Ufopa, Campus Santarém, onde as mulheres possuíam uma banca para venda de seus produtos e

[4]O nome Amabela é um nome fantasia, pois as membras achavam que iria ficar uma sigla muito grande Associação de Trabalhadoras Rurais do Município Belterra. Neste sentido, discutiram acerca do nome e resolveram colocar Amabela, pensando em “A” de autonomia, M de mulher, “AMA” de amor e “BELA” de beleza e de Belterra (SOUSA, 2019).

o outro campo foi executado no município de Belterra, na qual foi realizada uma roda de conversa com as camponesas.

Os instrumentos de pesquisas utilizados foram: gravação de áudio nas entrevistas individuais e na roda de conversa, no qual houve a permissão para a gravação dos diálogos com as camponesas, bem como foi utilizado o caderno de campo para fazer anotações dos fenômenos observados, e também registrar as informações que foram feitas através de conversas informais, dados esses que foram de suma importância para a compreensão da importância da Associação no processo de empoderamento e autonomia das agricultoras rurais do município de Belterra. Algumas falas das entrevistadas estão elucidadas aqui para melhor compreensão da discussão, e também com nomes fictícios para preservar a idade das mesmas.

Figura 01: Localização do Município de Belterra e os respectivos distritos administrativos



Fonte: SOUSA, 2019

As populações tradicionais de Belterra viviam em um contexto voltado completamente para as formas de vida de extração da natureza, utilizando os recursos da floresta, das águas e da terra. Mas com a expansão do comércio da borracha, por volta de 1840, a localidade passou a ser usada para plantação de seringueiras, um projeto do Norte-Americano Henry Ford, que logo veio a falir em 1945.

Com a abertura de estradas na Amazônia (Cuibá-Santarém - BR-163, Belém-Brasília, Transamazônica) a partir de 1960, Belterra passou por uma nova expansão e com isso deu a chance do avanço das grandes propriedades rurais, acarretando na expropriação do campesinato belterrense. Nos anos 2000, com a chegada do agronegócio sojeiro na região, houve a transformação do modo de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, por meio do latifúndio, compras de terras e o uso sem controle de venenos borrifados nas plantações.

A Amabela nasceu no dia 16 de maio de 2015 em um contexto em que o avanço do modelo do agronegócio da soja estava atingindo de forma significativa as propriedades das agricultoras na localidade, necessitando de alternativas de produções para r-existirem a essa nova expansão que tem trazido um estranhamento a localidade e desterritorializado o campesinato belterrense. A criação também visou vincular as mulheres de todas as comunidades para que fizessem um trabalho em conjunto, se organizassem e lutassem pelos seus direitos.

Machado e Koury (2019) lembram as circunstâncias em que a associação foi criada, em volta de uma insatisfação com as consequências do avanço da industrialização do meio rural, no qual vem gerando um ambiente tóxico, por conta dos componentes químicos borrifados nas plantações de soja, além da desvalorização de seus trabalhos, resultando nas diversas formas de opressão em que as mulheres estavam vivenciando.

Neste sentido, o artigo tem como objetivo dar destaque para as mulheres rurais, com enfoque para criação da Associação de Trabalhadoras Rurais do município de Belterra, que de forma organizada vem garantido a autonomia socioambiental, tanto no espaço privado como no espaço público, através dos trabalhos desenvolvidos, em que estão buscando alternativas alimentícias, com o uso da agroecologia e tem garantido a soberania alimentar. Isso tem assegurando a visibilidade e protagonismo nas lutas sociais das trabalhadoras rurais de Belterra.

2. Desenvolvimento

2.1 A mulher do campo e os movimentos de mulheres camponesas: de ajudantes, domésticas e “do lar” para Agricultoras Rurais

A divisão sexual do trabalho é bastante nítida no meio rural, ela determina o que é trabalho para homem (público e produtivo) e para a mulher (doméstico e reprodutivo). Em relação a isso, Pacheco (2009) & Moura (1988) ressaltam que o trabalho doméstico é quando a mulher cuida da horta e das galinhas sozinha e trabalho produtivo é quando ela vai para roça com o marido, cujo destino é para comer ou vender e, no relacionamento familiar, cabe ao homem gerenciar os espaços produtivos e as tarefas das mulheres ficam restritas à esfera privada, ficando ausente do trabalho produtivo na maioria das vezes.

As meninas nas áreas rurais desde a infância são preparadas para executar o trabalho doméstico, resultando em grande parte das tarefas dentro do lar sejam especificamente das mulheres, além disso tem que cuidar dos irmão mais novos, cozinhar e cuidar dos cultivos, como hortas e jardins e também cuidar dos animais. Embora tenham todo esse trabalho ligado à esfera doméstica, as mulheres também trabalham em conjunto com seus maridos na agricultura, mas seus companheiros consideram como “uma ajuda”. Neste sentido, o trabalho realizado pelas mulheres rurais continua sendo associado apenas à esfera reprodutiva, invisibilizado e desvalorizado (NASCIMENTO SILVA, 2011).

Por conta dessa invisibilização no espaço rural, no qual a "agricultura familiar está organizada por meio de um sistema patriarcal, no qual vem reproduzindo a opressão e a forma de exploração feminina (GOUVEIA, 2003), que a partir de 1980 as mulheres começaram a se organizar para conseguir seus direitos, que segundo Shwendler (2009), só foram adquiridos com a constituição de 1988, por conta das pressões dos movimentos de mulheres camponesas, pois até esse período as mulheres rurais eram reconhecidas apenas como "do lar" e não Trabalhadoras Rurais.

Mesmo com as pressões dos movimentos de mulheres rurais e o advento da globalização, pouca coisa mudou nas relações de gênero no meio agrário. Conforme Rossini (1993), há poucas diferenças no convívio familiar, as mulheres continuam exercendo quase as mesmas funções, sobretudo, no que diz respeito à subordinação das mulheres que ainda continua.

Percebe-se que a invisibilização das mulheres no meio rural nos dias atuais ainda é contínua, mesmo que exerçam a mesma função seus trabalhos são invisibilizados, tido como ajuda e quase que sempre sendo subordinadas aos homens. Deve-se colocar em destaque que faz parte de um processo histórico, na qual foi construído uma sociedade patriarcal que subjuga as mulheres, e colocam o homem com total poder sobre mulheres e filhos.

No entanto, a entrada das mulheres rurais em forma de organização social foi de suma importância para que as trabalhadoras rurais conseguissem quebrar alguns paradigmas bastante significativos no espaço rural, adquirir direitos políticos, reprodutivos, de saúde, da agroecologia com uma forma de produção saudável em combate a outras produções que usam componentes químicos, pela soberania alimentar, dentre outros, bem como questionar as formas de trabalhos construídos como femininos, que mesmo sendo de suma importância é totalmente desvalorizado e seu reconhecimento enquanto agricultora ainda é colocado em dúvida.

Neste sentido, é importante que se considere tanto as atividades realizadas no lar como no campo como trabalho conforme Paulilo (2009) explicita, pois é muito significativo as reivindicações dos movimentos de mulheres camponesas, juntamente com outros movimentos sociais do campo para que as trabalhadoras rurais não fossem mais vistas como "do lar" mas sim como "agricultora rural", pois praticam a produção agrícola de forma igualitária com seus companheiros.

Foi através dos movimentos autônomos de mulheres rurais[5] a partir dos anos de 1980, onde as mulheres estavam reivindicando independência dos sindicatos mistos no qual seus apontamentos nas reuniões eram colocados de lado é que as agricultoras foram ocupando espaços que antes não eram destinados para elas, tendo os seus trabalhos cada vez mais valorizado e vem adquirindo autonomia através das suas formas de produzir e viver. Isso tem acontecido através dos movimentos de mulheres camponesas, associações de trabalhadoras, sindicato de trabalhadoras rurais, redes de mulheres, assentamentos, mulheres do MST, dentre outros movimentos.

São muitos os movimentos que envolvem trabalhadoras rurais em todo o Brasil, mas foi só com o advento do I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizado em São Paulo em 1995, reunindo entidades de 17 estados do país, no qual trouxeram interseccionalizados os debastes sobre a luta de classes e gênero e também definiram uma identidade nacional, que objetivava tornar único a luta das mulheres camponesas, foi então criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). O ANMTR se vincula a Via Campesina juntamente com os Movimentos de Mulheres Agriculturas (MMAs), assumindo a denominação de *Movimento de*

[5] Todos os movimentos que não estão ligados a sindicatos ou ao MST.

Mulheres Camponesas (MMC), que foi aceito no Brasil, atuando em diversos estados, no qual vem militando pela soberania alimentar e a agroecologia (ESMERALDO, 2013; PAULILO 2009).

Pensando na importância da articulação desses movimentos para a automia das agricultoras, foi realizada uma breve periodização das lutas dos Movimentos de Mulheres Camponesas, trazendo em destaque os motivos que levou a essas organizações, o início dos movimentos no Brasil, a união nacional das agricultoras, as manifestações, as lutas, r-existências e conquistas (Quadro 01).

Quadro 01: Periodização das Lutas e Resistências dos Movimentos de Mulheres Camponesas

PERÍODOS		MOMENTOS HISTÓRICOS DAS MULHERES CAMPONESAS
1960-1980		Modernização da agricultura e surgimento de movimentos sociais no campo, onde muitas mulheres estavam presentes, mas sem visibilidade
1980-1990	Década de 1980 é marcada pela "redemocratização", favorecendo o surgimento dos movimentos de mulheres camponesas.	
	1983	Criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santa Catarina (MMA/SC) e o Movimento de Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul. Surge também o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-PE), na região Nordeste.
	1985	Houve 12 encontros de mulheres trabalhadoras rurais nas diferentes regiões do país;
	1986	Realização do I Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais;
	1988	Constituição de 1988 – Menção explícita do direito da mulher à terra e sua inclusão como beneficiária da previdência social, conquistando direito à aposentadoria, à licença-maternidade e à licença-saúde.
1990-2000	Reivindicações identitárias das mulheres camponesas, adquirindo significados políticos e acadêmicos (conceito de *agricultura familiar* e *agricultura camponesa)*	
	1995	Período marcado pela campanha da documentação e pelo surgimento da Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) em nível nacional, levantavam a bandeira de luta pelo direito a saúde, educação e o debate em torno do modelo de agricultura química, transgênicos, agrotóxicos, bem como a garantia dos direitos previdenciários.
2000 – 2018	A luta das mulheres camponesas se torna mais reconhecida. Intensificação do debate e luta acerca do modelo de agricultura desejado.	
	2000	Realizada a primeiro Marcha das Margaridas, como uma grande mobilização camponesa de nível nacional, em uma homenagem a líder sindical rural Margarida Maria Alves, que foi morta em 1983, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e faz parte da agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas, com lemas diferenciados a cada ano.
	2003	Obrigatoriedade do direito a titularidade conjunta da terra para os lotes de assentamentos, reconhecido pelo INCRA, Portaria (n° 981/2003).
	2004	Mudança de ANMTR para Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).
	2006	Houve mobilizações do Dia Internacional da Mulher, onde fizeram uma manifestação contra Aracruz (empresa de produção de papel) e contra os transgênicos, onde teve a participação de cerca de 2 mil mulheres em união no interior do movimento de Mulheres da Via Campesina e coordenada pelo MMC. Esta ação foi contra o monocultivo de eucaliptos, o chamado "deserto verde", na qual elas ocuparam um laboratório denunciando as consequências sociais e ambientais, sendo assim também uma manifestação contra o agronegócio, em defesa da agricultura camponesa.
	2007	Marcha das Margaridas com a temática da segurança alimentar e nutricional, e críticas ao modelo do agronegócio e do hidronegócio, propondo assim a agroecologia como base da construção de novo modelo produtivo rural.
	Nas demais edições da Marcha das Margaridas foram realizadas ocupações de fazendas identificadas pelo monocultivo e cultivo de transgênicos, de prédios públicos e redes de *fast- food.* Ações de manifestação ao modelo do agronegócio e da produção de monoculturas voltadas para exportação.	

Fonte: MOTA, 2006; GASPARETO & MENEZES, 2013; LIMA, 2014; ESMERALDO, 2013.
Organização: SOUSA, Milena Sanche de., 2019.

Refletindo sobre esses anos de lutas, é inegável a importância dessa luta para que as mulheres conseguissem conquistar os seus direitos, lutando pela terra, pelos seus modos de vida, por equidade de gênero, por uma alimentação saudável e por autonomia social. É importante destacar também que as lutas não são iguais em cada movimento, bem como os tipos de trabalhos com a terra se dá de forma diferenciada, mas é visto a importância de se organizarem de forma política e autônoma, no qual estão reivindicando os quadros sociais previamente naturalizados, resultando em um processo emancipatório de reconhecimento das agricultoras.

2.2 Os Movimentos de Mulheres Rurais na Amazônia

Na Amazônia, de acordo com Siliprandi (2015), os movimentos de mulheres camponesas vêm se destacando por ser diferente das demais organizações do país e, por isso, muitas vezes, há uma demora para que sejam reconhecidas dentro dos movimentos sociais. As lutas nesses

movimentos se destacam pela permanência na terra, contra a especulação de terras e sempre em favor dos recursos naturais.

Uma das primeiras organizações a ganhar destaque no Norte do país, é o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), O movimento nasceu por conta dos conflitos em defesa dos babaçuais, onde mobilizou mulheres e homens trabalhadores rurais a ir às lutas pela sobrevivência e o direito à terra, na qual as mulheres começaram as reivindicações (BARBOSA, 2006; SILIPRANDI, 2015).

Outra organização a ganhar destaque em 1988, a qual lembra Siliprandi (2015) é a criação do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), uma articulação regional feminista e ambientalista que está presente em todos os estados da Amazônia Legal, onde realizaram uma Campanha pelos Direitos Previdenciários das Trabalhadoras Extrativistas Vegetal da Floresta, juntamente com a organização de mulheres extrativistas e seringueiras.

No decorrer da década de 1990, as mulheres rurais aumentaram suas lutas, incluindo segmentos mais específicos e identitários de mulheres pescadoras, extrativistas, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco, dentre outros (AGUIAR 2016). Vale ressaltar que as mulheres indígenas e quilombolas, composta por maiorias rurais, se destacam nessas lutas pois suas reivindicações são semelhantes às das agricultoras camponesas, pois se leva em consideração o trabalho produtivo e reprodutivo, a falta de apoio dos seus companheiros e as dificuldades em manter e recriar suas tradições culturais, por conta da equidade de gênero (SILIPRANDI, 2015).

3. Resultados Alcançados

3.1 Criação da Amabela e as invisibilidades vivenciadas pelas Mulheres Rurais do Município de Belterra

No Oeste do Estado do Pará a Associação de Trabalhadoras Rurais de Belterra (Amabela) tem se destacado pela luta por uma alimentação mais saudável, mesmo em meio a monopolização do agronegócio da soja, e por estarem conseguindo sua emancipação social e financeira. Neste sentido, a Amabela nasceu no dia 16 de maio de 2015 com o intuito de buscar as mulheres que estavam sendo invisibilizadas por conta das opressões patriarcais no espaço doméstico e reprodutivo, bem como para desafiar a lógica de produção capitalista que tem negado o modo de viver e de produzir das camponesas e dos camponeses na localidade.

Para a criação da associação, o apoio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional FASE-Amazônia[6], juntamente com o Fundo Dema[7] foram de suma importância. De acordo com o Fundo Dema (2014), para que a Associação viesse a se oficializar, ela teve que passar pelo processo do Edital I do Fundo Dema – Fundo Autônomo de Mulheres Rurais Luzia

[6]Uma organização não governamental, sem fins lucrativos, no qual vem atuando em seis estados brasileiros, trabalhando tanto no campo como na cidade para o fortalecimento de grupos sociais na busca de direitos. Nos trabalhos desenvolvidos com as mulheres da Amazônia, seu objetivo é de fortalecer seus trabalhos e ajudar na criação de grupos para garantir autonomia econômica.

[7] Um fundo fiduciário que atua apoiando projetos coletivos dos povos da Floresta: Indígenas, quilombolas, comunidades extrativas, ribeirinhas e da agricultura familiar, com o objetivo de ter uma valorização socioambiental dessas populações, bem como a preservação do Bioma Amazônico, buscando a garantia dos direitos humanos, socioambientais, de gênero, pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, dentre outros. Criado em 2013, sua história parte do resultado de muitas lutas e conquistas das organizações e movimentos sociais da Amazônia brasileira. Para mais informações, acesse: www.fundodema.org.br.

Dorothy do Espírito Santo[8], no ano de 2014. Esse Fundo foi criado para atender projetos de mulheres da Mesorregião do Baixo amazonas, no oeste do Pará: Santarém, Alenquer, Almerim, Aveiro, Belterra, Mojui dos Campos, Oriximiná, Faro, Terra Santa, Juruti, Óbidos, Monte Alegre, Porto de Moz, Prainha, Placas e Curuá[9].

No decorrer desse processo de criação, ocorreram cerca de três encontros dentro de um ano no município vizinho, Santarém, com as representantes de movimentos de mulheres de toda a região. Essa foi a oportunidade para que as mulheres do município de Belterra se reunissem para criar a Associação, tendo em vista que na localidade não existia um movimento apenas de mulheres rurais discutindo suas demandas e que, embora já fizessem parte do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município de Belterra (STTRB), as suas pautas pautas eram invisibilizadas ou até mesmo rejeitadas, pois há um entendimento que o trabalho no campo é de exclusividade masculino, restringindo as mulheres aos trabalhos reprodutivos.

Neste sentido, as mulheres identificaram que precisavam de um espaço só para suas demandas, suas inquietações iam desde os aspectos organizativo e de produção, até direitos reprodutivos e de saúde, bem como as relações familiares. Assim sendo, uma instituição específica de mulheres poderia vir a tona os dilemas invisibilizados dentro do sindicato e como algumas mulheres participavam do STTRB, uma das primeiras mulheres que deu o primeiro passo para a constituição da associação era secretária do sindicato na época da criação (BRAGA ET AL, 2018).

Isto se dá por conta do machismo bastante significativo dentro da região. Assim sendo, para que haja comprometimento, necessita de elaboração e aplicação das políticas públicas para essas mulheres que estão tendo seus direitos violados. Sobre isso, Nascimento Silva (2016) lembra que essas práticas ajudam a reproduzir a desigualdade de gênero, visto que não há um melhoramento das relações das mulheres com as instituições, principalmente quando as reuniões são mistas, mesmo sendo maioria, as suas pautas são invisibilizadas e as políticas públicas não são aplicadas para elas nas falas dos representantes.

As associações são a base para sustentar os principais conceitos da democracia, pois desempenham funções que vem cooperando com os governos, ampliando as discussões e contestações acerca dos padrões culturais e institucionais, bem como propiciam uma representação política na sociedade. Assim sendo, elas dão a oportunidade para a ascensão do indivíduo se tornar mais cidadão, tendo mais direitos políticos e também denunciam as injustiças, propiciando um maior questionamento acerca dos padrões e poderes tradicionais (ALMEIDA ET.AL, 2012). Neste sentido, a criação da Amabela foi de suma importância para que as mulheres camponesas de Belterra pudessem adquirir seus direitos políticos, bem como de reivindicar as injustiças que vivenciam.

Como a associação envolve mulheres de todo o município, de diferentes contextos e distritos, nem sempre todas podem participar das reuniões, pois algumas vezes as reuniões são realizadas fora do calendário da associação e também tem localidade que não pega sinal de telefone, tendo que optar por enviar bilhetes pelos ônibus, tornando-se difícil a comunicação. Neste sentido, tentam se mobilizar para que sejam representadas por pelo menos uma mulher de cada distrito nas reuniões.

[8] O nome do Fundo Luzia Dorothy do Espírito Santo se deu por conta de uma homenagem a três mulheres que defendem os direitos dos Povos da Floresta: Luzia de Oliveira Fati, Dorothy Stang e Maria do Espírito Santo.

[9] Hoje o fundo é mais ampliado, abrangendo a área da transamazônica/Xingú e a BR-163, no Oeste do Pará.

As pautas das reuniões na maioria das vezes envolvem a agroecologia associadas ao feminismo, em como melhorar os seus produtos e também as necessidades de vivenciadas. Além disso, entram nas discussões o gerenciamento dos cursos ofertados, na maioria das vezes pela FASE-Amazônia, bem como de outros parceiros da Associação, que vem abordando acerca do aprimoramento de seus conhecimentos no processo produtivo e os entendimentos sobre preços dos seus produtos no momento da venda, dentre outros.

As demandas levantadas envolvem seus projetos para o melhoramento da qualidade de vida dentro de Belterrra e como adquirir recursos. Há uma mensalidade para ser paga dentro da associação para que possa ser usada nos momentos das reuniões, no transporte[10] e nos demais eventos da associação, também serve para ajudar algumas associadas no contexto financeiro e também na construção de hortas, tendo em vista que trabalham em conjunto, uma ensinando a outra conforme seus conhecimentos.

A criação de uma associação somente de mulheres rurais no município de Belterra foi de suma importância para que as mulheres começassem a ter mais visibilidade na localidade, bem como uma forma de denunciar o patriarcado. Borzone (2018) ressalta a importância das mulheres camponesas nesses espaços de poder e representatividade que antes não eram permitidos, como o de uma associação, pois é por meio delas que acontece a recriação do campesinato, onde se tem como protagonistas as mulheres rurais.

Muito embora vejam essa importância, não há um espaço dentro do município para que se possa fazer suas reuniões, que ocorrem normalmente nas casas das AMAS (membras da associação), barracão da igreja de São Cosme e Damião, dentre outros locais que encontram para se reunir e discutir suas demandas. Da mesma forma se encontram os espaços para fazer as vendas dos seus produtos, no qual não existe um local específico de feiras dentro do próprio município, a não ser na casa das associadas.

Havia sido cedido um prédio dentro do município de Belterra, perto da prefeitura municipal, no Centro de Atendimento ao Turista - CAT, mas com a troca de governo do município, foi retirado esse espaço da Amabela. Além disso, quando estavam nesse espaço, não era dado o devido valor aos seus trabalhos, pois houveram furtos dos seus produtos, mesmo sendo um local com seguranças.

Quando o trabalho foi realizado, as vendas ocorriam nas quintas-feiras Universidade Federal do Oeste do Pará, Unidade Amazônia (Campus Santarém) e no sábado no terminal rodoviário do Balneário de Alter do Chão, ambos localizados no município de Santarém. Atualmente, no entanto, por conta do contexto pandêmico, as vendas continuam ocorrendo em Alter do Chão, mas na Ufopa não ocorre mais, trabalhando no momento por meio de delivery, através de um grupo de whatsapp onde publicam e vendem seus produtos.

O fato de não ter um local físico para fazer as reuniões e a comercialização dos produtos é visto pelas camponesas, expressado bastante nas suas falas, como negação e violação de seus direitos, pois se vê que há uma invisibilização e falta de comprometimento com o trabalho realizado dentro do campesinato. Machado e Koury (2019) lembram que a divisão sexual do trabalho é clara no espaço rural amazônico, no qual as mudanças podem ocorrer através da implementação de políticas públicas para a valorização dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres, enquanto

[10] O transporte da Amabela é uma Kombi garantida através de edital de recursos do Fundo Dema. O automóvel é denominado por elas como “Kombis belas”.

produtoras rurais, podendo fazer com que se tornem economicamente independentes, se esquivando das opressões que as atingem.

Além disso, existe a dificuldade de serem reconhecidas como trabalhadoras rurais, na maioria das vezes, os trabalhos fora da esfera privada são invisibilizados e quando perguntado para as camponesas acerca dessa valorização, afirmam que são poucos que as enxergam os trabalhos desenvolvidos tanto dentro do espaço privado como nos espaços públicos, tendo em vista que além das tarefas que já desenvolviam no roçado, quintais, em casa, com a família, dentre outros, agora também tem os da Associação, fazendo com que ocupem outros espaços de poder, mas que também evidenciam as múltiplas jornadas de trabalho.

3.2 “A Amabela veio para a autonomia e renda da mulher”

São muitas dificuldades que as camponesas de Belterra vem enfrentando em relação ao machismo e sexismo na região. Um deles é o de ficar ouvindo rumores de que não fazem nada e que não contribuem financeiramente para o município e agora, com o estabelecimento da Associação, existem comentários acerca das suas saídas para as reuniões, eventos, e principalmente, muitos tem questionamentos acerca dos trabalhos realizados dentro da Amabela, por ser um movimento social que tem lutado pelos direitos das mulheres na região.

As trabalhadoras rurais de Belterra trabalham utilizando da agricultura camponesa, com o uso dos recursos da terra, da floresta e das águas, onde grande parte do que é produzido serve para consumo familiar e o excedente é destinado para comercialização, no qual as vendas são realizadas nas suas casas ou em feiras em escala local e regional, contribuindo assim para o sustento familiar. Neste sentido, há o entendimento que são camponesas, pois vivem no sistema de trabalho poliprodutivo (produção diversificada), que contribui para a subsistência da família onde existe uma conexão social com a terra através das relações de trabalho e família (MOURA, 1988).

Esses trabalhos são realizados pelas agricultoras desde a infância, no qual são ensinados de geração em geração, tendo em vista que as agricultoras vivem em constante relação com o meio ambiente, de onde retiram sua subsistência do que a natureza tem proporcionado. Logo, deve-se levar em consideração que os trabalhos realizados pelas mulheres camponesas são altamente significativos, pois tem contribuído com a subsistência e renda familiar, na qual se configura como estratégias de r-existências frente às imposições do sistema opressor masculino. De acordo com Machado e Koury (2019) a utilização da agroecologia pelas camponesas de Belterra é um importante aliado para a autonomia das mulheres da região, pois além de proteger o meio ambiente e obter o equilíbrio de relações sociais, também irá ser uma forma de obter recursos, gerando uma independência financeira, o que é de suma importância para a superação da divisão sexual do trabalho.

Deste modo, às mulheres rurais de Belterra, de forma organizada através da formação da Amabela, tem conseguido garantir a autonomia tanto no âmbito familiar quanto nos espaços públicos, conquistando também a independência financeira.Garcia et al. (2013) entende a autonomia como a competência em determinar como será o seu futuro, quebrando com as relações que entendem que determinado grupo tem que estar em uma qualidade subordinada, “sempre barganhando pelo reconhecimento dos direitos elementares, como de ter voz ativa nas decisões, integridade física e mobilidade de ir e vir” (p. 253).

Algumas entrevistadas afirmam que sempre houve o compartilhamento dos trabalhos domésticos ou até mesmo que são elas mesmo que gerenciam suas produções nos quintais e

roçados, mas, infelizmente, ainda não é uma realidade de todas, ainda há mulheres que não conseguiram ter essa independência, até mesmo para participar das reuniões e encontros da Associação. Isso se tornou uma das lutas diárias dentro da Amabela e há muitas evidências que já tem surtido efeitos e mudado bastante.

As mudanças mais significativas notadas foram as divisões de tarefas dentro de casa, como é vista na fala de uma das agricultoras:

> [...] Na chegada da associação mudou, porque assim, eu vivia muito em casa, eu trabalhava, era na roça junto com o marido, era em casa junto com os filhos né. E então na verdade eu trabalhava muito mais do que todo mundo né e com a chegada da Amabela teve grandes descobertas, porque a Amabela veio para a autonomia e renda da mulher né, então, quando se fala de autonomia pros homens não é fácil. Então dá uma repercussão muito grande na família, mas melhorou, claro (Entrevista concedida por Margarida Bela em 2019).

Ademais, a questão da autonomia para as mulheres ainda não é fácil para os parceiros, mas que dia após dia tem melhorado bastante para muitas, pois houve o entendimento que os trabalhos que antes tinham que fazer sozinhas, no entendimento que é “trabalho de mulher” ou “tarefa doméstica”, mistificados como sendo um vocação natural (FEDERICI, 2018), agora são divididos com seus parceiros e filhos, havendo uma distribuição de tarefas.

Machado e Koury (2019) assinalam que a partir do momento em que essas mulheres se reconhecem, se tornam mais fortes e, em consequência disso, vai gerando mais autoconfiança por meio da agricultura camponesa, bem como introduz um nível de cooperação comunitária. Isso tem ganhado destaque no que diz respeito a integrar os espaços públicos e a superar os estereótipos que são vistos como naturais, mas que foram impostos pelo patriarcado.

Também é notório a ampliação dos conhecimentos dos seus direitos, bem como da ampliação da voz dentro e fora do lar, tanto para aquelas que estão bastante envolvidas com o movimento, indo para as feiras, como aquelas que ainda não conseguiram conquistar esse espaço. Isso é bastante representado conforme a fala de duas das agricultoras:

> Olha, eu acho que contribuiu bastante porque tinha aquelas mulheres que ficavam em casa, só lá na dela, só trabalhando, o marido que ia vender, o marido que ia comprar a calcinha, sandália, tudo que ela precisava, quando comprava. Hoje não, hoje por mais que ela não venha pra feira, por mais que ela fique na casa dela, digamos assim, aquelas mais pacatas mesmo, elas sabem dizer “não, eu quero tal coisa, eu tô trabalhando, mas eu quero que tu traga pra mim”, entendeu? Então isso melhorou muito. Muito mais aquelas que sai de casa né, que vai pra rua, que vende, que mostra que ela é capaz, mostra que o produto dela tem valor e que ela tem valor né. Então, eu só tenho a agradecer à associação que hoje eu vejo uma grande diferença, uma gratidão muito grande pelas transformações das mulheres (Entrevista concedida por Margarida Bela em 2019).

> Conhecimento que expandiu bastante da associação e também assim a liberdade né de sair de casa, que às vezes muitas não tinha né essa liberdade, de que cada dia que passa a gente descobre um novo conhecimento. Isso pra mim como mulher e também pras outras que engajaram mesmo, assim, com vontade né, é um passo muito importante na vida das mulheres. Ainda existe aquelas que continua presa em casa no lar, mas eu espero que elas consegue se libertar. Com certeza, se eu saia de casa, agora eu saio muito mais (risos). [...] (Entrevista concedida por Rosa Bela em 2019).

Dentro das falas é visível que estão adquirindo autonomia através da associação. Uma das principais fontes para que isso aconteça, são seus trabalhos, sobretudo, quando saem para vender os seus produtos nas feiras, adquirindo independência financeira. Segundo Nascimento Silva (2016) as mulheres têm aumentado suas rendas através dos seus cultivos e criação de animais nos seus quintais, vendendo dentro da localidade ou levando para a cidade para serem comercializados em feiras/mercados e grande parte serve para o consumo familiar.

Neste sentido, mesmo que hajam mulheres que ainda não conseguiram sua autonomia de forma plena no município, só o fato de algumas já terem alcançado essa independência financeira e social, indo em eventos em outros estados, fazendo vendas nas feiras e nos eventos, já é uma grande conquista de liberdade e também de reconhecimento e de força para que consigam lutar e resistir as amarras do patriarcado, para que, assim, todas do movimento também possam obter.

Uma das conquistas de forma coletiva mais celebrada, foi o transporte próprio da Amabela, chamado por elas de “Kombis belas”, utilizado para levar seus produtos para vendas, ir às feiras, encontros, visitas às associadas, dentre outros. Esses ganhos materiais são vistos por elas como uma forma de territorialidade, demonstrando que podem e devem conquistar esses espaços de poder, que são mulheres ativas e que estão lutando pelos seus territórios.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido na associação tem sido valorizado dentro da família, bem como tem ajudado muito o município, tendo em vista que cada associada tem recebido os benefícios da associação e, em consequência disso, as famílias também recebem, muito embora não tenham um apoio financeiro do governo municipal. Siliprandi e Cintrão (2011) ressaltam acerca de que o ingresso nesses movimentos só de mulheres dá autonomia financeira, bem como há o aumento da autoestima e também há um reconhecimento acerca dos seus trabalhos nas famílias e comunidades, vivenciando novas formas de extrair renda e novas experiências sociais, tais como viagens, participação em feiras, dentre outros.

Neste sentido, as mulheres rurais do município de Belterra tem buscado sua autonomia através da Amabela, na qual elas vêm se organizando em forma de movimento e se territorializando de espaços que antes não eram vistos como espaços femininos, demonstrando que existem e tem uma voz no combate às formas de opressões patriarcais.

4. Considerações Finais

Embora as mulheres camponesas de Belterra estejam enfrentando muitos entraves, principalmente por conta do machismo bastante exacerbado na região, não se pode negar que a partir da constituição da Amabela, muitas mulheres têm adquirido autonomia, tanto no âmbito familiar como no espaço público. Isso se evidencia bastante pelas falas das camponesas trazidas ao longo do texto.

Nesta perspectiva, há a valorização dos seus trabalhos realizados tanto dentro no roçado, quintais, em casa e também na associação, tendo em vista que estão saindo da esfera privada com o desenvolvimento da associação, no qual estão conscientes de que essas mudanças são necessárias para o reconhecimento de seus trabalhos e também de suas vidas, mostrando que existem sim e são capazes fazer muito mais.

Espera-se que estes estudos iniciais e os que virão posteriormente possam contribuir na formulação e implementação de políticas públicas para as trabalhadoras rurais do município de

Belterra/Pa, bem como promover a visibilidade para a Associação e mais autonomia, empoderamento e protagonismo para as mulheres camponesas pesquisadas da Amazônia.

5. Referências

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. **Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas**. Revista Política e Sociedade, v.15. p. 261- 295. Florianópolis, 2016.

ALMEIDA, Carla et. al. **Associativismo e representação política feminina no Brasil.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 237-263.

BARBOSA. Viviane de Oliveira. **A caminho dos babaçuais: Gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais do Maranhão**. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. (Orgs.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e de gênero.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BORZONE, Clariane Vilela. **Mulheres camponesas no território rural do Bolsão/MS: protagonismo, resistência e contradições**, 2018, 168 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, PPGEO, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2018.

BRAGA, Janaína et. al. **Amabela: feminismo e agroecologia na resistência ao agronegócio.** Revista Terceira Margem Amazônia, v. 3, n. 10. Jan/jun. 2018. Disponível em:. Acesso em: 05 abr. 2019.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social.** In: NEVES, DelmaPessanha; MEDEIROS, Leonil de Servolo de. (Org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e enganjamento político.** Alternativa. Niterói, 2013.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa.** São Paulo: Elefante, 2018.

FUNDO DEMA. Edital de n. 1 de 14 de maio de 2014. **Edital I – Fundo Dema- Fundo Autônomo de Mulheres Rurais Luzia Dorothy do Espírito Santo**, 2014. Santarém, 2014. Disponível em: . Acesso: 29 de mar. 2019.

GASPARETO, Sirlei A.k.; MENEZES, Marilda A. **Os jovens do movimento de mulheres camponesas (MMC), em Santa Catarina**. In:NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonil de Servolo de. (Org.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói/RJ: Alternativa, 303-328,2013.

GOUVEIA, Taciana. **Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras.** Observatório da Cidadania, 2003. Disponível em: http://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileiroa2003_bra.pdf. Acesso em: 15 de jun. 2019.

LIMA, Marcia Maria Taiti. **Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistências aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina.** Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Campinas. Campinas, 2014.

MACHADO, Juliana Pantoja; KOURY, Susy Elizabeth Cavalcante. **A Agroecologia como meio de inclusão de mulheres no baixo amazonas: um estudo sobre a Amabela - Associação de**

Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra. In: CONPEDI/CESUPA; CORRALO, Giovani da Silva; STURZA, Janaína Machado; KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. (Orgs.). **Direitos Sociais e Políticas Públicas I** [Recurso eletrônico online]. XXVIII Congresso Nacional do CONPEDI (Belém- PA). Florianópolis, 2019.

MOTA, Maria Dolores de Brito. Margaridas nas ruas: as mulheres trabalhadoras rurais como categoria política. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. (Orgs.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e de gênero.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. Ática S. A., 2° edição. Série Princípios. São Paulo, 1988.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **Reflexos das políticas públicas desenvolvidas e o empoderamento de mulheres em assentamentos rurais**. Anais do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Luiz, 2016.

_____. Geografia e Gênero em Assentamentos Rurais: **Espaços de Poder.** In: Joseli Maria Silva; Augusto Cesar Pinheiro da Silva. (Org.). **Espaço, Gênero e Poder: Conectando Fronteiras.** 01ed.Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, v. 01, p. 137-147.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia- Mulheres construindo a Agroecologia. Revista Leisa Brasil, v.25, n.3. Rio de Janeiro, 2009.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da "igualdade de gênero". In: FERNANDES, Bernardo Mançano et al. (Org.). L**utas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo. Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo, 2009.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo.** Informações Econômicas, SP, v. 23 (Supl. 1), 1-58, 1993.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, Bernardo Mançanoet al. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo. Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo, 2009.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas.** Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

_____;CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organizações produtivas para mulheres no meio rural.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2011.

SOUSA, Milena Sanche de,. **A Associação de Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra– Amabela: uma análise das práticas espaciais e resistências territoriais das mulheres camponesas, no município de Belterra-PA**, 2019, 96f, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Instituto de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura em Geografia. Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.